

Moreira Campos

Antônio Sales, um dos espíritos tutelares desta Casa, disse um dia a Martinz de Aguiar que deixara de entrar para a Academia Brasileira de Letras com medo de fazer o discurso. Este registro consta de página do conhecido filólogo inserta na *Antologia Cearense*, 1957, editada por esta Academia. Desde aí juntamos à nossa admiração particular simpatia por Antônio Sales. É que esse horror à oratória, à responsabilidade formal da oratória, é muito nosso, embora evidentemente ela não precise ser formal.

Satisfeitos ficamos ainda quando lemos em Josué Montelo (v. o seu livro *O Presidente Machado de Assis*) que José Veríssimo, sem dúvida um dos nossos melhores críticos, se tomou de pânico ao ser designado pela Academia Brasileira de Letras para saudar Anatole France, na oportunidade de sua visita ao Brasil. Tão temeroso ficou que bateu à noite à porta salvadora de Rui Barbosa, pedindo-lhe que se encarregasse da tarefa. E conta Josué (e todos nós o sabemos) que Rui, tomando a incumbência, escreveu página magistral em puro francês. Tão magistral — asseguram — que o próprio Anatole, tido como mestre do estilo, ficou surpreendido. Isso está na tradição de nossas glórias. Veríssimo, como seria natural (basta que cada um ponha à prova a sua vaidade), ficou ressentido e procurou vingar-se dizendo que só confiara a missão a Rui porque este era melhor ator do que ele. Há aí um grão de verdade: a oratória, na sua eloqüência, pede realmente um pouco de ribalta.

O nosso interesse efetivo é a ficção, sem que a afirmativa traduza uma realização na sua plenitude, que esta carência — todos o sabem — é angústia permanente. Reconstituir vivências; jogar artisticamente com a memória; preocupar-nos com o tipo mais ou menos original, por si ou por sua história, que agora mesmo cruzou conosco; pressentir, como em *A Morte de Ivan Ilitch*, de Tolstoi, que o juiz circunspecto na sessão da colenda Corte não está preocupado com o julgamento em pauta, mas com as cortinas novas que comprou para a sua sala; compreender que o homem devotado ao problema social abandonou repentinamente as massas por causa de sua dor de dente (donde a afirmativa machadiana de que não há um só drama social que valha uma tragédia particular) — este, o mundo a que aspiramos e para o qual temos vivido os nossos momentos mais íntimos.

Verdade que, por imperativo, praticamos por aí uma outra literatura de conteúdo econômico. Formal, polida, por vezes brilhante. Então, retumbantemente, falamos nas implicações da temática nordestina e pela centésima vez, sem resultados, medimos o poder *per capita* do homem na área poligonal, além de outros chavões enriquecidos com os termos “ênfatizar” e “gabarito”, conforme as conquistas mais atualizadas da economia, até o dia em que o homem compreender, melancolicamente, que o excesso da técnica ou a má aplicação desta terá sido precisamente o seu maior equívoco. Nesses círculos somos conhecidos e aplaudidos. Contudo, apreciaríamos dizer-lhes que entre um homem e outro há duas personalidades estanques, que a nossa tentativa é bem diversa, talvez aquela mesma — guardadas as proporções e já agora no plano exclusivo da arte — que inspirou Machado de Assis depois de 1881, ou seja, após a publicação de *Brás Cubas*. Diz Gustavo Corção que até esse momento Machado fora um comprometido com o convencional, um escritor de guarda-chuva, respeitoso, preocupado com o julgamento das senhoras e dos homens graves, tolhido pela coerência romântica ao invés de liberto pela coerência de vida (sobre essa coerência tentaremos falar mais adiante). Assim, o Machado de antes de 1881,

embora legível (porque o seria em qualquer dimensão), foi, por assim dizer, um escritor acomodado, tranqüilo. Só após 81, libertaria o demônio, aquele demônio que estava lá dentro dele e queria rir dos homens e de suas virtudes. Conclui Gustavo Corção por afirmar que, se não fora esse marco, teríamos hoje apenas o escritor Machado de Assis, e não o nosso Machado, eterno.

É esse demônio que nós perseguimos. Por vezes o temos encontrado, conversamos, e nós vos apresentamos algo que sirva. Esse algo que teve exatamente o mérito de nos trazer ao vosso convívio. Porque evidentemente não estamos aqui pelas nossas letras convencionais e de encomenda, por isso mesmo anônimas, nem pela colaboração aos jornais, que frequentamos pouco, mas tão-somente pela vossa estima e pelo que supomos haver escrito em pacto prévio com esse mesmo e terrível demônio.

A coerência romântica e a coerência de vida é tema que se ajusta ao anterior. O achado não é nosso, mas de Eduardo Portela, um dos críticos mais moços e autorizados do Brasil no presente. Pela primeira (a romântica), em termos simples, o herói será sempre herói em todos os instantes. O leitor necessita ser preparado para amar a um e odiar o vilão. Na coerência de vida, todos são mais ou menos heróis e mais ou menos vilões.

Foi essa a descoberta magistral de Machado e de todo e qualquer autor consciente, ontem como hoje. Claro que não cabe partir daí para o documento, para o relatório, para a memória. Cogitamos da obra artisticamente realizada. Enfim, essa é uma tarefa do próprio artista. Onde, por sinal, a afirmativa de que, dentro da literatura, não há temas pequenos. Todos serão grandes, se o autor o é. Não se faz necessário buscar uma odisséia ou amassar na vigília da noite um trecho difícil, raro, surpreendente. Essa preocupação já refletirá a insuficiência, um como que propósito de nos esmagar pelo assunto. Positivamente a arte, como a vida, está em tudo. Essa universalidade, a par da coerência, terá sido a conquista maior da literatura contemporânea. Certo que Gogol já a des-

cobriera com a sua novela *O Capote*, quando a literatura russa ainda se perdia no extraordinário. História simples, de um simples funcionário público desejoso de possuir um desses casacos. Juntou dinheiro, comprou-o e o viu roubado de volta de uma festa, também rara na sua vida: era o início do universal. Donde a afirmação de Dostoievski, numa sugestão de mágica: “todos nós saímos do capote de Gogol”. Por esse caminho enveredaram-se todos os grandes: Tolstoi, Tchecov, Maupassant, Mansfield, para cuidar, com esses três últimos, apenas do conto. Neste caminho está toda a geração presente, na certeza de que, pelo menos, o manancial é inesgotável.

Dissemos que o nosso interesse efetivo é a ficção. Já Machado registra que o homem mais feliz do mundo é aquele que escreve um bom conto. Ciro dos Anjos, por outras palavras, em *O Amanuense Belmiro ou Abdias*, afirma que se torna oceânico após uma boa página de literatura. Mas há o reverso: as dores da criação, de vós igualmente bem conhecidas. E é o próprio Ciro dos Anjos que conceitua a obra literária como uma *délivrance*, da concepção à crítica. Conforta-nos a indagação de Eça de Queirós a Ramalho Ortigão, quando fazia a revisão das provas de *Os Maias*: “por que só encontro hoje palha seca nestas páginas em que supus insuflar o melhor da vida e da minha arte?”

Relevai-nos a digressão longa, que a pergunta se impugna neste trabalho desde o início e devera ter constituído o seu ponto central é se cabe compreender o espírito acadêmico como expressão de resistência à idéia nova, ou de preservação do tradicional. Entendemos que não, mesmo porque essa atitude está na ordem direta da capacidade de cada um de nós. Portanto, o fato acadêmico em si, ou, para sermos mais claros, o ingresso nos quadros acadêmicos, não traduz uma alienação a essa hipotética resistência, de resto inseqüente diante da própria dinâmica da vida. O evento acadêmico deve ser entendido simplesmente como um reconhecimento, no tempo, do possível mérito. Decerto, por isso mesmo, seria estranho que um moço pleiteasse o vosso convívio, mas seria

tolo também que um homem maduro, com experiência, o recusasse.

Quanto ao processo de renovação de que falamos — a dinâmica existente — admitimos apenas que é penoso ao homem alijar-se de suas difíceis conquistas. Graciliano Ramos, de certo modo, já assinalava o fato em *Infância*, quando disse que seu pai, até o ano de 1929, negava a existência do aeroplano. Em termos de evolução pacífica, caberia somente aceitar que a idéia velha é tão necessária quanto a idéia nova, para o efetivo equilíbrio do mundo em cada instante. A conclusão é de Ingenieros, em *O Homem Mediocre*. Ele se vale, por sinal, para formulá-la, de uma imagem fácil: compara os moços ao sopro livre do vento e os homens graves — donos da ordem instituída — ao bojo da vela, ambos necessários ao singrar do barco: um impele, o outro recolhe, um impulsiona, o outro garante a rota indispensável. Diz ainda, por consequência, e com mais profundidade, que o moço revolucionário de hoje será o reacionário de amanhã. Senão reacionário, pelo menos defensor das idéias que lhe plasmaram a personalidade. E que melhor exemplo encontraríamos para reafirmar a validade do princípio que nós próprios? Quando dizemos “nós próprios”, referimo-nos aos companheiros do Grupo da *Revista Clã*. Braga Montenegro, Antônio Girão Barroso, Artur Eduardo Benevides, Otacílio Colares, Fran Martins, João Clímaco Bezerra, Mozart Soriano Aderaldo e já agora Eduardo Campos e eu. Os moços inquietos de ontem são, na sua quase totalidade, os Acadêmicos de agora. Éramos positivamente inquietos. Congressos. Manifestos. A renovação de processos. A negação, em mesas de café, de valores pelo menos respeitáveis de nossa literatura. Até a palavra “crítica”, cuja raiz ainda hoje desconhecemos, foi proposta em conclave memorável para definir o instante que medeia entre a concepção e a realização artística, não fora a irritação do companheiro mais velho, Joaquim Alves, e a sua homérica gargalhada.

Todavia, aqui estamos, embora fiéis à nossa melhor experiência. E que experiência foi essa? Aquela que nos veio com o movimento pós-modernista de 22, como bem ressaltou Braga

Montenegro em recente entrevista. A crença nos nossos efetivos valores, desde a terra ao homem e à língua; a convicção particular da necessidade essencial da mensagem poética; a adoção da universalidade dos temas; a repulsa sistemática ao vazio; a certeza de que a verdadeira literatura se inspira na vida, na marca da experiência e no artesanato consciente. Houve excessos, plenamente justificáveis em qualquer movimento. *Macunaima* rompeu cânones, quis deliberadamente negá-los. Mas já hoje, feita a retificação de certos critérios, nós não vos surpreenderíamos se disséssemos que marchamos, dentro da literatura maior, para um neo-romantismo, pela significação dos símbolos e intenções e, sobretudo, pela poesia imanente.

No plano mais limitado do nosso interesse, que é o conto, ratificamos a influência do novo com a afirmativa de que já não seríamos capazes de reproduzir hoje, quanto à técnica, forma e entrecho, o que realizamos ontem. E esse “ontem” é relativamente presente, se considerarmos que o nosso livro de estêia (*Vidas Marginais*) data de 1949. Já não nos aventuraríamos sequer a reproduzir, na sua elaboração, o nosso caderno mais próximo (*Portas Fechadas*), edição de 1957. Então, ainda tentávamos explicar (processo tão do gosto do racionalismo naturalista) e deixávamo-nos levar pelo que aqui chamaríamos de “mar de histórias”. Palavra puxa palavra, assunto puxa assunto. Contávamos. É possível que a técnica seja mais do agrado comum. O compromisso da arte, entretanto, é com a própria arte ou com a consciência daquele que pressupõe realizá-la. Ser-nos-ia difícil dizer a que devemos a atitude. Não nos deixamos influenciar pela crítica, que esta é díspar, e, no final, o que vale e melhor informa à crítica é a própria obra literária. Araripe Júnior, por exemplo, diz que o conto é obra de síntese em oposição ao romance que é obra de análise. Mas positivamente a síntese por si só não bastará. Daniel Rops terá sido mais feliz ao reclamar o implícito como elemento essencial do conto. Mas o implícito também não será tudo. Onde classificar as verdadeiras obras-primas que o gênero tem dado sem a preocupação do subentendido?

Fausto Cunha, lúcido crítico da atualidade, exige o fator tempo na elaboração do conto, para conceituá-lo como corte breve, um fato só, cuja idéia já se deve instalar no leitor desde o título. A lição talvez já venha de Tchecov, quando dizia: “se esta espingarda não vai entrar na história, convém tirá-la da sala”. Mas o próprio mestre russo encontrou no enredo, na trama, à maneira Maupassant, os melhores motivos para a feitura de obras imortais.

Perdidos nos abismos da crítica, preferimos o liberalismo de Mário de Andrade, ao afirmar que “conto é tudo aquilo que o autor batiza com este nome”.

Assim como assim, e no propósito de insistir no novo, indagamos mais uma vez: que nos levou àquela atitude? O momento, o instante atual, a inabalável convicção de que não é preciso que haja fundamentalmente uma história, na sua trama, para que haja um conto. A esse modernamente até já se dá o nome de “mancha”, mero flagrante. Um simples tipo ou um estado d’alma capaz de nos interessar na vida será suscetível de nos interessar na arte. Valham como exemplo os dois contistas mais modernos do Brasil: Dalton Trevisan e Osman Lins, donos de um estilo castigado, sóbrio, contendo o essencial, e ambos seguramente conscientes do fenômeno literário.

Senhores, certa tarde, ao chegarmos à Livraria Renascença, Luís Maia (esse homem que, pelo amor aos livros e natural interesse na sua divulgação, bem poderá ficar no registro de nossas letras) disse-nos que um grupo de amigos iria iniciar movimento em favor da nossa candidatura à vaga deixada nesta Academia por José Waldo Ribeiro Ramos. Tomamos o café — que ali chamamos de água do Jordão, porque é servido por um irmão protestante — acendemos o cigarro, pensamos no discurso, admitimos a eventualidade de um insucesso. Todavia, aceitamos a campanha. Soubemos depois (muito depois) que na base desse movimento estava João Clímaco Bezerra, dileto companheiro de letras e de infância. A seguir, recebíamos o apoio generoso e influente de nossas amigas Dra. Henriqueta Galeno e Cândida Santiago Galeno, além da solidariedade sóbria de Mozart Soriano Aderaldo e

Manoel Albano Amora. Mário Linhares, em carta do Rio ao mesmo Albano Amora, aprovava a escolha.

Firmávamo-nos.

Vós vos reunistes aqui, e logo nos chegava a notícia confortadora de que fôramos eleito por unanimidade. Empolgou-nos então aquela mesma vertigem do herói de Eça de Queirós em *A Ilustre Casa de Ramires*: candidato pela primeira vez a deputado pelo seu Concelho e eleito por maioria, ele ficava surpreso ao descobrir a estima em que era tido pelos seus concidadãos.

Verdade que, ajustando as coisas aos seus reais limites, como é do nosso hábito, compreendemos que havíamos sido candidato único, e somente muita prevenção ou intransigência (que não ocorriam) poderia fazer com que nos fosse negado o sufrágio.

Tivemos a sorte ainda de ser eleito no mesmo dia em que foi Eduardo Campos, de cujo prestígio nos locupletamos um pouco. E os fados nos trouxeram aqui finalmente, quando à frente da Academia se encontra o espírito lúcido e brilhante de Renato Braga, que inclui entre as suas preocupações a renovação e dinâmica da atividade acadêmica.

O Patrono de nossa Cadeira, que tem o nº 32, é o cônego Ulisses Pennafort. Alguém nos disse que encontraríamos os seus livros facilmente na Biblioteca Pública. Não os encontramos de imediato, embora ali existam. Mas descobrimos o nº 28, ano de 53, da *Revista* desta Academia, em que consta excelente trabalho precisamente de José Waldo Ribeiro Ramos sobre o cônego. Pudemos assim constatar mais uma vez o quanto José Waldo fora um estudioso infatigável e honesto das coisas e dos homens do Ceará.

Ulisses Pennafort nasceu em Jardim, no ano de 1855. Foi sacerdote ilustre e culto.

Iniciou seus estudos no Seminário de Fortaleza e recebeu ordens sacras em Belém do Pará. Em terras do Pará viveu e morreu. Ao lado do seu sacerdócio, teria uma outra vocação autêntica: a de jornalista. Basta referir que redigiu ou dirigiu cinco jornais, num dos quais defendeu com entusiasmo (o que

já o enobrece) a causa da Abolição. Pela imprensa divulgou também muitos trabalhos seus sobre a etnografia indígena. Espírito sério, pesquisador, dedicado ao estudo, particularmente da língua geral ou tupi e do vernáculo, deixou-nos *Quadros Sinóticos dos Nomes Indo-Brasileiros* e um tratado de *Filologia Comparada*. Destaca José Waldo que, “quando da decorrência do quarto centenário do descobrimento do Ceará, publicou Ulisses Pennafort um livro notável, intitulado *Brasil Pré-Histórico*, possivelmente a sua obra maior, se bem um dos nossos estudiosos considere as suas conclusões ainda um tanto hipotéticas. De qualquer modo, será uma contribuição valiosa a essas pesquisas. Na sua bagagem literária farta, incluem-se várias publicações de conteúdo religioso, ou ligadas a figuras de destaque da Igreja; o poema “Retirantes” (epopéia obrigatória da raça); um livro de contos, que também versa tema das secas, e o romance *Mandu*, sobre lendas e tradições amazônicas.

Pertenceu a esta Academia e a outras entidades culturais do País e do estrangeiro. Foi orador sacro de recursos.

Dentro da nossa permanente mensagem humana, ao lado da admiração e respeito que devotamos a um homem de sua estirpe e possível sensibilidade, o que despertou a nossa solidariedade e simpatia para o cônego Ulisses Pennafort foi o fato de que ele morreu leproso naqueles confins amazônicos. Retraído, a porta da casa permanentemente cerrada na cidade de Vigia, no Pará, onde era vigário. Não freqüentava roda de amigos, e decerto não os poderia ter naquelas paragens à altura de sua formação, como bem ressalta José Waldo. Essa reserva já seria talvez a suspeita do mal. Morreu sozinho no Leprosário de Tucunduba, um dos arrabaldes de Belém.

O professor José Valdivino de Carvalho, ilustre Secretário desta Academia, teve a gentileza de fornecer-nos oito trabalhos (na sua maioria discursos e conferências) de José Waldo: *Tudo Pela Grandeza Econômica do Brasil*, *Rodolfo Teófilo (o homem e a obra)*, *Ao Sol de Messejana* (discurso na casa onde nasceu José de Alencar), *Do Espírito da Penologia Moderna* (tese de doutoramento), *Centenário do Comendador Nogueira*

Acióli, Ordenadas Perspectivas da História do Ceará, O Dia da Pátria e Ignorante Sublime.

Sabíamos ainda da existência de *O Problema Demográfico — A Teoria de Malthus e o Neo-Malthusianismo, O Dia do Soldado* (que não encontramos) e de *Contribuição ao Estudo das Águas Subterrâneas*, tese com que concorreu à Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia do Ceará.

Fomos à casa de José Waldo, no propósito de colher melhores informes na fonte — aquela permanente casa da Rua Senador Pompeu, onde sempre o conhecemos, desde os nossos dias de aluno do Liceu e adolescente em quarto de pensão na mesma rua. A sua presença na janela (entre possíveis intervalos de aulas particulares), a cabeleira, o *pince-nez*, o charuto, o riso franco. Não privamos de sua intimidade. Mas sempre o tivemos como homem compreensivo e honesto, capaz de ajudar os moços (talvez pela sua experiência, decerto também difícil). De resto, foi professor de sucessivas gerações, e será neste mister, por sinal, que encontraremos a parcela maior de sua contribuição à cultura e inteligência de nossa terra. Colhemos as monografias restantes. Outros trabalhos não havia, embora ainda tivesse escrito muitos.

A nosso pedido, D. Branca de Oliveira Ramos mostrou-nos a biblioteca do marido, onde pudemos sentir melhor o seu devotamento aos livros e ao estudo: fez deles a sua atividade permanente e mais legítima. Soubemos também que D. Branca fora a sua colaboradora de todos os momentos: datilografava-lhe os trabalhos. E isso nos tocou a sensibilidade, porque é igualmente a nossa experiência doméstica.

José Waldo Ribeiro Ramos nasceu em Baturité, no dia 4 de abril de 1902 e faleceu a 4 de dezembro de 1961, portanto, com menos de 60 anos. Fez os seus estudos primários no Ginásio de Guaramiranga e posteriormente em Pacoti, de onde passou, em Fortaleza, a freqüentar cursos particulares, para exames preparatórios ao Liceu do Ceará.

Foi professor de Português, Francês e Geografia, notadamente, em muitos dos nossos educandários. Será difícil encontrá-lo em atividade que não a do magistério, se bem, por

algum tempo, haja ocupado o cargo de Delegado de Ordem Política e Social, talvez pouco compatível com a sua formação, e o de Diretor da Divisão e Orçamento do Departamento do Serviço Público.

Haveria de destacar-se ainda como orador fluente, rico de imagens e dono de uma frase plástica, embora aqui e ali um tanto ornamental. Essa vocação fê-lo ocupar o lugar de orador oficial do Instituto do Ceará. Bacharel e Doutor em Direito, Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado, pertenceu a esta Academia e foi presidente da Sociedade Cearense de Geografia e História.

Sentimos na atividade intelectual de José Waldo Ribeiro Ramos um arraigado amor ao Brasil e particularmente ao Ceará, o que evidentemente é um mérito, não fora, de certo modo, a sua crença e entusiasmo nas virtudes nativas. A nacionalidade adquire eco na sua voz, ainda que, neste ou noutro passo (vide *Tudo Pela Grandeza Econômica do Brasil*), faça reparo aos que no presente se omitem de compromissos, e aponte aqueles males nacionais que ainda são os mesmos de hoje.

Posição difícil, sem dúvida, a de uma sensibilidade entusiástica, a de um orador por natureza, face aos necessários limites da verdade histórica. Destacamos a circunstância, porque ele foi também historiador, e dos mais criteriosos, preocupado com a fonte, com a exatidão do fato, com a data certa, com o local preciso. Quando lhe faltam esses elementos, recorre à tradição oral ou a informações que se possam revestir de melhor origem. Assim em *O Ignorante Sublime*, *Rodolfo Teófilo* e *Centenário do Comendador Nogueira Acióli*. Pela sobriedade contida nos textos, pela reabilitação que assegura particularmente ao político, pela homenagem que presta às figuras focalizadas, resgatando-nos de eventuais dívidas, são esses três trabalhos seus os de nossa preferência.

É admissível que o título da conferência *Ignorante Sublime*, em que revive a personalidade poética de Barbosa de Freitas, tenha sido dado mais com o intuito de efeito, ou porque essa fora uma concepção, embora errônea, da época. Se Barbosa de Freitas realmente tem alguma coisa de sublime, nada

tem de ignorante. Seu verso (para surpresa nossa, que não o conhecíamos), projeta-se, sem favor, dentro do mesmo vôo condoreiro de Castro Alves (de quem é evidente a influência), quando não é, aqui e ali, tocado da morbidez byroniana que inspirou o moço Álvares de Azevedo. Quanto à ignorância, diríamos que escreveu bem, neste ou noutro verso até reponta o sabor clássico. E que não repontasse! A arte está acima de contingências.

Lendo-o, chegava-nos à memória, por identidades muitas (a vida peregrina que levou, a morte precoce aos 23 anos, o tom amargo dos últimos versos), aquela imagem bonita de Agripino Grieco em relação ao próprio Álvares de Azevedo: “Há na vida desse moço o mesmo destino dos antigos palimpsestos: raspada neles a canção báquica logo abaixo se encontra uma elegia.”

Mas não se trata aqui da exaltação de Barbosa de Freitas, senão daquele que foi o seu patrono, que o reviveu e o apresenta à nossa admiração, no caso José Waldo Ribeiro Ramos.

Na mesma linha de boa elaboração, a conferência em que evidencia a dupla personalidade de Rodolfo Teófilo, como romancista e filantropo, quase apóstolo (a campanha da vacinação contra a varíola no Ceará), qual delas a mais identificada com os destinos de nossa terra. Vasada em idênticos princípios a publicação em que procura reabilitar a figura do Comendador Acióli, vencido hoje o calor das paixões, quando já é possível ressaltar virtudes sem encobrir erros ocorrentes.

Filiam-se ao plano da pesquisa científica, num testemunho de sua dedicação ao estudo e proveito colhido dessa convivência, a tese de doutoramento (*Do Espírito da Penalogia Moderna*) e a *Contribuição ao Estudo das Águas Subterrâneas*.

Pela sua atividade fecunda como professor, geógrafo, historiador, orador eloqüente, estudioso do vernáculo e da língua francesa, e ainda pela dedicação que devotou à sua terra e às figuras mais representativas de sua cultura, inteligência e arte, ponderável foi sem dúvida o contingente trazido por ele próprio, José Waldo, ao fortalecimento dessas conquistas do espírito.

Honra-nos, pois, sobretudo, substituí-lo na vaga que deixou nesta Academia.

Antes de encerrarmos esta fala acadêmica, queremos agradecer as palavras de Braga Montenegro, que sabemos ditadas notadamente por velha amizade. A quantos compareceram a esta festa fazemos extensivo o nosso sincero reconhecimento.

Senhores, diz ainda Gustavo Corção que somente o artista e o santo contemplam a verdadeira realidade. Não essa realidade tangível e perecível, essa realidade de todos os dias (embora necessária), mas aquela outra que tem compromisso com o eterno. Conforte-nos, pois, a nós — homens de letras — a certeza de que, mesmo que não nos tenhamos realizado em toda a plenitude, tivemos pelo menos o mérito de pretender essa eternidade.